

Colonialismo moderno

Nação esquecida e isolada, a República Centro-Africana é um dos pilares da França no continente

Edouard Bailby

A intervenção da França em Ruanda teria sido menos fácil sem a rede de suas bases militares no continente africano. Duas delas estão situadas na República Centro-Africana (RCA), onde mantém em prontidão 1.400 oficiais e soldados que constituem a logística de suas forças operacionais.

Cercada por cinco países (Camarões, Chade, Congo, Sudão e Zaire), a República Centro-Africana não tem, do ponto de vista econômico, uma importância fundamental. A sua agricultura (algodão, café, mandioca, tabaco) e a produção de madeira ocupam 80% da população ativa e representam cerca de 40% de sua fonte de renda em divisas estrangeiras. O essencial de sua riqueza provém, na realidade, de seus diamantes e de outros minérios, mas a metade da produção é exportada de modo ilegal com a cumplicidade das multinacionais.

Resultado: com 3,3 milhões de habitantes espalhados num território de 622.984 km², a República Centro-Africana é um dos países mais pobres do Terceiro Mundo, não ultrapassando seu Produto Nacional Bruto (PNB) os 390 dólares *per capita*.

Seguindo as recomendações da Organização Mundial de Saúde (OMS), os 12 países-membros da União Européia forneceram nos últimos anos uma ajuda financeira e técnica importante, porém insuficiente.

A França, porém, nunca deixou

de se interessar por sua ex-colônia que conquistou a independência em agosto de 1960. Graças aos acordos assinados em 1966, a ex-metrópole dispõe de duas bases militares em Bangui, capital do país, e em Bouar, onde mantém os chamados *Eléments Français d'Assistance Opérationnelle (Efao)* que estão autorizados a intervir nos assuntos internos da RCA como também em outras regiões da África francófona.

Esses acordos, que nunca foram denunciados por nenhuma das partes, garantem à França uma posição privilegiada na defesa de seus interesses geoestratégicos.

Relações perigosas - Apoiado pela antiga metrópole colonial, David Dacko foi o primeiro chefe de estado que se instalou no poder em Bangui. Cinco anos depois, em dezembro de 1965, foi derrubado por Jean-Bedel Bokassa, um desequilibrado mental que acabou se proclamando imperador em dezembro de 1977. Entre as inúmeras personalidades ocidentais convidadas para a sua coroação, estava o então presidente francês Valéry Giscard d'Estaing, seu

amigo pessoal, a quem Bokassa ofereceu alguns diamantes.

Em setembro de 1979, como já não servia aos interesses da política de Paris, os militares franceses montaram a "Operação Barracuda" e derrubaram o ditador. Bokassa foi substituído de novo por David Dacko, que só permaneceu no poder dois anos, sendo por sua vez derrubado da presidência em setembro de 1981, pelo general André Kolingba.

Durante os doze anos em que esteve na chefia do Estado, o oficial golpista recebeu o apoio dos sucessivos governos franceses, mantendo a seu lado vários "conselheiros" entre os quais o coronel Manton do Serviço de Informação francês (DGSE). Em contrapartida, a República Centro-Africana recebeu cerca de seis milhões de dólares, entre 1982 e 1992, dentro do quadro dos acordos bilaterais.

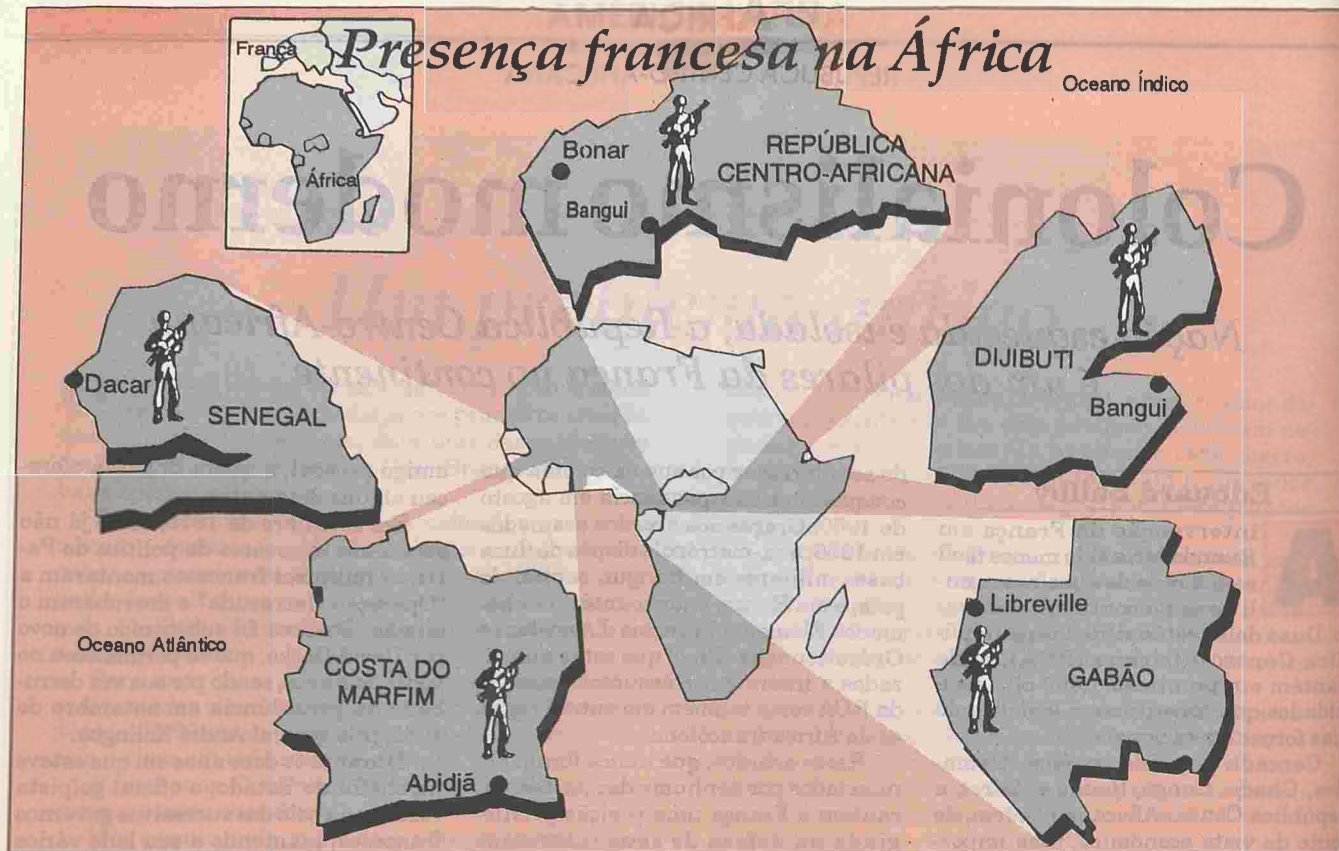
Mas, sendo um ditador sem escrúpulos, indiferente aos direitos humanos, o general Kolingba começou a atrapalhar a diplomacia externa da França na hora em que estava soprando um vento de democratização no mundo, inclusive na África negra. Os dirigentes de Paris resolveram então pressioná-lo para organizar eleições livres em 22 de agosto de 1993. Sete candidatos concorreram ao cargo de presidente da República, entre os quais Ange-Félix Patassé, antigo primeiro-ministro do imperador Bokassa.

Para não ser acusada de impedir a volta às liberdades democráticas, a França se encarregou de bancar e organizar, do princípio até o fim, a campanha eleitoral, gastando para esse fim 1,3 milhão de dólares.

Em princípios de



Bases militares francesas: defendendo os interesses geoestratégicos de seu país



junho, Michel Roussin, ministro francês da Cooperação, pediu oficialmente ao presidente Kolingba a realização de um "escrutínio transparente", chamando de volta o coronel Manton para que não pairasse a menor dúvida sobre a vontade francesa de restabelecer a democracia em Bangui.

Manipulações da cúpula – A partir de julho, os militares franceses da Efao começaram a cumprir a missão que lhes foi pedida, levando para os 80 centros eleitorais do interior do país urnas, carimbos, boletins, tinta indelével, etc. para facilitar o voto dos centro-africanos.

No dia 30 de agosto pela manhã, quando os resultados do escrutínio ainda não eram definitivos, o general-presidente Kolingba teve a certeza de que ia ser derrotado por Ange-Félix Patassé. Não hesitou um segundo: modificou por decretos a composição da Corte Suprema e *a posteriori* o código eleitoral, esperando com estas medidas atrasar ou invalidar o voto popular.

A reação de Paris foi imediata: suspensão de toda forma de cooperação econômica e financeira. Poucas horas depois, no fim da tarde, o chefe de estado anunciou pela televisão que "suspendia" os dois decretos "para manter as tradicionais boas relações com a França". Resultado: Ange-Félix Patassé foi eleito presidente da República com

52,45% dos votos, no segundo turno das eleições, em 27 de setembro, tomando posse em 22 de outubro. Foi o mesmo homem que, dois meses antes, altos funcionários franceses haviam acusado de ser "demagogo" e "irresponsável".

Os desafios do novo governo – No entanto, apesar do choque da desvalorização do franco CFA¹ em janeiro de 1994 (50%), unilateralmente decidido por Paris, a República Centro-Africana conheceu uma relativa melhoria com o novo governo. Os funcionários voltaram a receber os seus salários de maneira mais ou menos pontual, as empresas começaram a aumentar a sua produção e o país inteiro, depois dos longos anos de corrupção e desorganização administrativa do general-presidente Kolingba, se pôs a trabalhar.

Apesar de ser uma das nações mais pobres do mundo, classificada pela ONU no 42º lugar do continente negro em relação ao desenvolvimento humano, a República Centro-Africana goza de uma calma relativa, em comparação com o Senegal, o Mali, o Níger e a tragédia de Ruanda. Houve alguns protestos populares este ano contra o atraso do pagamento dos funcionários e bolsistas do governo. Mas, por enquanto, o novo chefe de estado mantém a situação sob o seu controle.

O principal perigo provém dos antagonismos entre os velhos militantes

que acompanharam Ange-Félix Patassé no seu exílio de 1982 a 1992 – constituem a chamada legião estrangeira – e os seus partidários que permaneceram no país durante a ditadura do general-presidente Kolingba.

O segundo problema é de tipo regional: os partidários do chefe de estado na província de Ouham-Pende, no noroeste da República Centro-Africana, de onde ele é natural, se opõem aos seus seguidores no resto do país. Estes acusam os primeiros de culto à personalidade e falta de abertura política.

É difícil para um país pequeno, pobre, sem riquezas naturais nem técnicos experimentados, resistir às pressões de uma nação industrializada como a França, que pretende manter a África na sua zona de influência política, econômica e estratégica.

O presidente Ange-Félix Patassé não tem muita margem de manobra para resistir a seus amigos "privilegiados" de Paris, mas ele tem certamente um sentimento nacionalista enraizado. Vale lembrar as palavras de Daniel Nditifei Dan Mbona, que ele nomeou diretor geral junto às empresas estatais. "A privatização não é uma panacéia. Entendemos que ela só pode depender da decisão do governo e ser encarada como fonte de lucros para o Estado, isto é, para o povo."

¹Franco da comunidade dos países francófonos